



# PREFEITURA DE SANTOS



Secretaria de Desenvolvimento Social

## ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO EXECUTORA DO PROGRAMA REDE FAMÍLIA

1

2

3 Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e dezoito, às nove horas e onze minutos, na sala  
4 SECAFUR do CRAS CENTRO, sito à Rua sete de Setembro, nº quarenta e sete, Vila Nova – Santos/SP,  
5 com os seguintes **Presentes:** Camila Rocha Muheison/DEARTI-SEDS, Maria do Carmo Sofia de  
6 Paula/DEARTI-SEDS, Pamela Ruivo Ferreira de Souza/DEARTI-SEDS, Magali Leite de Freitas/SEDS,  
7 Maria Anunciação de Jesus Lourenço/SMS, Maria Lúcia de Souza de Oliveira/SEDUC, Christiane  
8 Cordeiro Andréa/SEDUC, Gervak Ferreira Lima Junior/SECULT, Leônidas Carvalho Aragão/SEMES,  
9 Djalma Couto/SAPIC, José Silva de Jesus/SESEG, Rosana Alo Maluza Braga/SEDURB, Paulo Marco  
10 de Campos/SEMAM, César Antonio Zangrande/OTC, Mario Henrique Gomes da Silva/CTZN, Flávia  
11 Yara Alves Barbosa/CMI, Luiz Antonio de Alvarenga/COMESP, Luis Trajano de Oliveira/SIEDI,  
12 Alessandra de Sousa Franco/SEGES, **Ausências Justificadas:** Maristela Marques Bechara/COHAB-  
13 ST, Viviane Christina da Mota Souza/COHAB-ST, Sérgio Amaro Avelino Bonavides/SESERP, Ilza  
14 Melo Nigra/SECOM, Lucineide Souza Faccioli/COMMULHER, Adelina Dias Perez/CONDEFI  
15 **Convidados:** Adriano Mosma/CET, Clecia Franco/GALP, Verônica/Secras RCH, Sônia Aparecida S.  
16 Kielwagen/SEPACOM-SEDS. **Ausentes:** Sônia Maria de Mello/CET-Santos, Rosana Gaudêncio  
17 Mauro/CET-Santos, Juliana Menezes/SEGOV, Ivanise dos Santos/SEGOV, Mariana Munayer/SETUR,  
18 Ana Carolina Tani/SETUR, Ilza Melo Nigra/SECOM, Cilícia Thelma dos Santos Souza/SECOM,  
19 Raphael Luiz Moura/CTZN, Mario Henrique Gomes da Silva/CTZN, Adelina Dias/CONDEFI, Luciano  
20 Marques/CONDEFI, Idreno de Almeida/CMSS, Milton Marcelo Hahn/CMSS, Denise de  
21 Simone/CME, Enéas Machado/CME, Ana Lúcia Silva Pacheco dos Ramos/CONCULT, Lauro  
22 Kusplica/CMH, José Carlos de Almeida/COMEB, Dalve Manoel Negrão/COMEB, Simone Aquino de  
23 Carvalho/SEFIN, Izabel Silveira dos Santos Rodrigues/SEFIN, Sérgio Bonavides/SESERP, Acácio  
24 Fernandes/SESERP. A senhora Camila coordenadora do Departamento de Articulação - COARTI  
25 iniciou à reunião com aprovação da Ata anterior. Em seguida informou a alteração de alguns  
26 representantes do programa, citou o exemplo da senhora Taís Aguiar que não representa mais o  
27 CMDCA devido sua mudança de lotação para a Ouvidoria Transparência e Controle (OTC), e as  
28 demais Secretarias ficaram de informar as alterações. A senhora Camila trouxe a questão dos  
29 Grupos de Trabalho, criados na reunião anterior, onde no Decreto nº 8.027 de 28 de fevereiro de  
30 2018 que aprova Regimento Interno do Programa Rede Família, cita no "Art. 12" que "O(s)  
31 Grupo(s) de Trabalho serão temporários, formados por integrantes da Comissão Executiva, com o  
32 objetivo determinado de gerir tema de interesse do Programa". Acontece que nos Grupos  
33 definidos, algumas pessoas não fazem parte da Comissão Executiva, havendo o interesse de  
34 participação destes para também contribuir e enriquecer o Grupo. Foi sugerida a alteração de  
35 nomenclatura, de Grupo de Trabalho para Núcleo de Trabalho, mas depois de algumas discussões  
36 ficou decidido manter o nome Grupo de Trabalho e deverá ser publicado no Diário Oficial à  
37 composição dos Grupos, bem como suas definições exigidas em Regimento. As pessoas com  
38 interesse em contribuir, mas que não fazem parte da Comissão Executiva poderão colaborar  
39 informalmente, sem nomeação em publicação oficial. A senhora Camila informou que as inclusões  
40 e alterações de pessoas nos Grupos de Trabalho poderiam ser feitas até essa primeira semana,  
41 pois na semana seguinte provavelmente já sairia à publicação dos membros no Diário Oficial. O  
42 Senhor César representante da Ouvidoria (OTC), informou que irá tratar com o senhor Ouvidor a  
43 respeito do ajuste da representante da OTC, visto que a representante titular, a senhora  
44 Rosandra, já não faz mais parte da Ouvidoria, abrindo assim um espaço para inclusão da senhora  
45 Taís, ou de alguma outra pessoa. A senhora Camila solicitou que quando definido fosse informado  
46 formalmente para alteração de representantes por meio de publicação. A Senhora Maria do



# PREFEITURA DE SANTOS

Secretaria de Desenvolvimento Social



47 Carmo ressalta que a permanência da Senhora Taís, seria de interessante, visto que a mesma já  
48 estava interada dos assuntos do Programa e também participou de uma reunião do Grupo de  
49 Trabalho de Habitação. A senhora Camila aproveitou para falar desta primeira reunião do Grupo  
50 de Trabalho de Habitação, que foi realizada através do Senhor Trajano com o senhor Secretário  
51 Ângelo Secretaria de Infraestrutura de Edificações - SIEDI, passando a palavra aos que  
52 participaram e estavam presentes, começando pelo Senhor Trajano relatando que um dos  
53 assuntos foi à fiscalização dos imóveis tombados, as providências, o Secretário explicou que a  
54 fiscalização é feita, inclusive o senhor Trajano levou um relatório da Secretaria de Infra-Estrutura,  
55 onde consta também os 111 imóveis que foram vistoriados, intimações, um dos problemas é de  
56 proprietários que não moram mais no Brasil, que tem outra pessoa tomando conta dos imóveis,  
57 alguns que receberam de herança e não tem condições financeiras de fazer a reforma necessária,  
58 tratou-se de ideias para reverter ou equacionar essas situações, algumas delas é a questão do  
59 imposto progressivo, tomar os imóveis para leiloar, ao invés de restauro, e da possibilidade de  
60 fazer uma reforma, são coisas que dependem de legislação. O Senhor Trajano informou ainda que  
61 a Senhora Letícia da SEDURB, ficou de levar essas questões a sua Secretaria. A senhora Camila  
62 perguntou se foi dito que há algum projeto específico para o Centro, e o senhor Trajano disse que  
63 a visita do Governador, realizada ontem (26 de março), foi justamente para assinar a segunda fase  
64 do Veículo Leve sobre Trilhos - VLT, que irá abranger outros trechos, inclusive alguns no Centro,  
65 com a ideia de revitalização urbana por onde o VLT irá passar, e a expectativa de que as pessoas  
66 comecem a investir, como já acontece em São Paulo onde passa a linha do metrô. A senhora  
67 Maria do Carmo, ainda intera que o Secretário Ângelo fez uma observação que o que impede a  
68 Habitação avançar aqui no Centro é a Lei Alegre Centro, por isso a ideia de reformar o imóvel e de  
69 não atender as características da lei sairia muito mais barato, para a prefeitura poder atender a  
70 necessidade de habitação do Centro, não só do Centro, mas também de outras áreas com imóveis  
71 abandonados. Ele informou também que pela sua Secretaria haviam sido feitas quatrocentas (400)  
72 notificações, e a maior dificuldade é em relação ao custo mesmo. A senhora Letícia ficou com  
73 alguns itens para responder, que brincamos ser a lição de casa, mas que não dependeriam dela, e  
74 sim do Secretário de sua Secretaria, ela informou estar difícil conversar com ele devido as  
75 demandas da Secretaria, por isso ainda não havia conversado. Foi perguntado pelo senhor Pepino  
76 a respeito de envolver a iniciativa privada, a senhora Maria do Carmo respondeu que para  
77 envolvê-la, seria preciso primeiro a Prefeitura cuidar do espaço, e mesmo para a iniciativa privada,  
78 a lei não irá mudar por causa dos impedimentos existentes, ela mencionou que segundo o  
79 Secretário Ângelo o ideal seria reformular a lei Alegre Centro, e a de Urbanização para facilitar. A  
80 senhora Magali, indagou o objetivo da reunião do Grupo de Trabalho de Habitação, se seu  
81 objetivo era discutir a questão dos imóveis, mas também de levar uma demanda que era da  
82 habitação, as necessidades, as de vistoria dos imóveis é essa que você está passando, e em relação  
83 a habitação o que foi falado? O senhor Trajano respondeu que em relação à habitação, além do  
84 que já foi dito, seria criar um espaço onde pudesse se tirar as pessoas dos cortiços e levar para  
85 esse espaço já revitalizado, e aquele imóvel desocupado pudesse passar por reformas para voltar  
86 a ser habitação coletiva, mas em condições e não do jeito que é feito hoje. Mesmo essa questão  
87 da habitação de poder fazer um imóvel de habitação coletiva, depende de uma solicitação.  
88 Perguntado se já existe o projeto, foi respondido que sim, inclusive é antigo, de 2010. A senhora  
89 Rosana da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDURB, começou a palavra informando que  
90 trabalha junto com a Senhora Letícia, e que inclusive é da Companhia de Habitação - COHAB e foi  
91 para a SEPLAN (antiga SEPLAN que hoje é SEDURB) e já conhece o Programa, falou com os 253  
92 proprietários de imóveis que foram cadastrados nessa lei, que é de 2010 e cadastrou os imóveis  
93 que eram de insalubridade, que seriam os cortiços, mas que não se pode chamar de cortiços.



# PREFEITURA DE SANTOS

Secretaria de Desenvolvimento Social



94 Porém, não foram cadastrados todos os imóveis da cidade, porque tem gente que não deixa  
95 entrar, e mesmo sendo Prefeitura você não pode falar “abre que eu quero entrar”. Tem o cadastro  
96 da Companhia de desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU, pois era necessário a demanda,  
97 então entre funcionários da CDHU, Prefeitura e Defesa Civil, todos esses imóveis insalubres, sem  
98 estrutura, foi listado quantos imóveis tinha, quantos cômodos, quantos fechados, tudo a critério  
99 dos técnicos, isso foi para a CDHU. A prefeitura sempre se preocupando com esses imóveis  
100 insalubres do Centro, e se preocupou em fazer alguma coisa, foi que se pensou na lei do Alegra  
101 Habitação, só que o que acontece com essa lei, é que a Prefeitura pouco pode interceder, obrigar,  
102 mesmo com multa ou qualquer coisa que ela venha a ter, por que são imóveis de terceiros, e nem  
103 sempre estão livres de qualquer desmbaraço até mesmo para a prefeitura desapropriar, um  
104 exemplo foi de um imóvel que conversado com o proprietário, tinha 64 herdeiros. Nenhum imóvel  
105 desses tem a matrícula correta, vai ficando de herança em herança, são casas antigas, e às vezes  
106 as pessoas que têm a posse (não defendendo, isso é algo que realmente foi visto fazendo o  
107 programa), as pessoas que recebem o imóvel são pessoas normais, então imagine, sua avó morava  
108 ali, deixou para sua mãe, para o seu irmão, e foi ficando, você pode não ter condição de manter,  
109 fazer a reforma, adaptar o imóvel, pois é caro. Acontece ainda que muitos desses imóveis têm  
110 níveis de proteção, isso quer dizer que para reformar você tem que manter determinadas regras  
111 do imóvel tem o tipo de proteção 1, 2 e 3, em um você tem manter a fachada, em outro tem que  
112 manter a fachada e o telhado, ou seja, você não pode chegar e fazer o que quiser do imóvel. As  
113 obras parecem ser simples, mas existe uma complexidade adaptar também par a acessibilidade e  
114 mobilidade. Ao fazer o orçamento de um desses imóveis, a prefeitura em convênio com a  
115 Universidade Santa Cecília, ficou muito caro, e como o retorno não é compatível (não tem  
116 condição), é difícil também conseguir o investimento. Agora de 07 a 10 de maio haverá a Jornada  
117 no Patrimônio Histórico, onde irão discutir essa legislação do Centro, essa lei está em revisão.  
118 Outro agravante é não ter um cadastro atualizado, não batendo nas casas das pessoas, pois como  
119 já dito, elas não deixam entrar. Já houve a sugestão de se juntar à presidente associação dos  
120 cortiços, a Sâmara, que tem abertura com o pessoal. A população do centro costuma ser muito  
121 “nômade” rotativa, estão sempre se mudando, assim fica difícil projetar algo para pessoas que não  
122 são fixas em um determinado local. E também não cuidam das moradias, acontecem casos do  
123 proprietário morrer, a chave ficar com o chamado “dono da chave”, e por se tratar de moradias  
124 ilegais, o imóvel vai se deteriorando, quando queima chuveiro ou acontece algo, eles não avisam e  
125 ou solicitam reparo com medo de serem expulsos. As propostas precisam ser feitas mais dentro  
126 da realidade, algo independente de propostas e do que será feito, é necessário a atualização  
127 desses cadastros, seria preciso ver talvez com a parte da Assistência Social, também um  
128 questionário ou algo do tipo, para ajudar a saber a expectativa dessa pessoa que está hoje em  
129 cortiço, o porque de estar lá hoje. Precisa pensar em um jeito de separa a população que está só  
130 de passagem, da população que está provisoriamente. A Senhora Rosana informou ainda que a  
131 Senhora Letícia estava vendo algumas parcerias, chamadas PPP – Parceria de Publico Privado,  
132 onde alguma construtora, ou alguém com recursos, entrasse, e tivesse isenções ou algum atrativo.  
133 Nada é para ontem, quando se fala nisso, precisa colocar como meta trabalhar nisso, mas não é  
134 algo com retorno rápido, depende de diversos fatores. O senhor Trajano lembrou que essas ideias  
135 já vêm de anos passados, e que tudo deve ser um processo de continuidade, um dos problemas é  
136 que as pessoas responsáveis mudam de Secretaria e os projetos param, fazendo sempre ser  
137 necessário começar do zero. Infelizmente essa é uma realidade do serviço publico. E um dos  
138 problemas de atualizar a demanda é gerar uma certa expectativa na população, porque você  
139 mexendo isso a população acha que já vai para algum lugar. Só que por sua vez, haverá um  
140 empreendimento novo do CDHU, e mesmo a prefeitura não tendo sido envolvida, a CDHU irá



# PREFEITURA DE SANTOS

Secretaria de Desenvolvimento Social



141 precisar de demanda, e quando isso acontece sempre pedem à prefeitura e a COHAB, vou anotar  
142 isso para verificar como eles irão fazer, pois caso seja necessário essa atualização, como já haverá  
143 esse empreendimento do CDHU, já se aproveita para fazer juntar tudo. A senhora Rosana ficou  
144 ainda de verificar como a CDHU está fazendo este cadastro. A senhora Magali informou que há um  
145 grupo de trabalho da CDHU verificando tudo isso. Foi perguntado pelo senhor Paulo Marco qual o  
146 *déficit* de moradia em Santos, a senhora Rosana respondeu que a informação que havia em um  
147 plano já feito era de cerca de quinze (15) mil, mas o problema é que nesses quinze (15) mil não  
148 conta com população de cortiço, agora que estamos ficando mais apropriados dos nossos  
149 problemas, temos todas nossas áreas mapeadas no SIP e a INPLAZA também está desenvolvendo  
150 um sistema metropolitano de áreas de assentamentos sub rurais e nós também conseguimos ter  
151 essa visão da baixada toda, acontece que enquanto não implantarmos o cadastro único pelo  
152 Cadastro de Pessoa Física - CPF não teremos esse tipo de *déficit* correto, pois acontece que a  
153 COHAB cuida dos assentamentos sub rurais que não as favelas, ela tem o cadastro de quem mora  
154 nessas áreas, e sua especialidade é urbanizar essas áreas, tirar essas pessoas dessa situação de  
155 risco e insalubridade em que vivem. Existe também o Cadastro da Regularização Fundiária, que  
156 são as pessoas que já moram em áreas já consolidadas, que vão permanecer lá, a COHAB cuida  
157 desses cadastros, já a SEDURB, que é onde eu trabalho, cuida dos cadastros das famílias que estão  
158 em áreas de regularização, e um outro cadastro que existe são os dos movimentos de moradia,  
159 que isso já é histórico na nossa cidade, como esses cadastros de movimento de moradia não são  
160 de assentamento nenhum, dizem eles que moram de aluguel ou estão em casa de família, eles vão  
161 para área de Zona Especial de Interesse Social - ZEIS 2, que são áreas de terrenos vazios. A cidade  
162 ainda não tem um cadastro único para tudo, às vezes é feito cruzamento com programas da  
163 Secretaria de assistência Social - SEAS, e outros. A senhora Magali disse que o cadastro único é  
164 exigido nessas situações, para programas habitacionais, não é um cadastramento para o *déficit* de  
165 moradia. Ele é um leque de coisas, tanto que a COHAB faz o cadastro único dos movimentos de  
166 moradia. A senhora Rosana sugeriu que deveria ter um setor específico em alguma Secretaria para  
167 cuidar disso, deveria ser um cadastro para tudo, para programa de Assistência Social, de  
168 Habitação, de Saúde de tudo, deveria acionar pelo CPF da pessoa e verificar se ela está cadastrada  
169 em um apartamento da COHAB, Bolsa Família, e tudo mais. Já existe o SIG Santos, e isso poderia  
170 ser georreferenciado e informatizado, vincular por endereço, se está na escola se não está, mas  
171 isso precisaria de um software ou algo assim. A senhora Magali ressaltou ainda que não é somente  
172 fazer o cadastro único, e também tudo que vem dele, existe o antes o durante e o depois. Há  
173 também a necessidade das atualizações, o que requer mão de obra, pessoas para alimentar o  
174 sistema, e a população passar as informações. O senhor Trajano ressaltou que pelo SIG, muitas  
175 informações já existem, é necessário somente o cruzamento delas. A senhora Alessandra sugeriu  
176 partir desta reunião um encaminhamento para o DETIC, solicitando a integração dos bancos de  
177 dados, informando quais as informações, não é uma demanda de imediato, talvez leve um tempo,  
178 mas é uma demanda que possa surtir efeito, mas é necessário sair o encaminhamento da reunião.  
179 A senhora Rosana compartilhou a informação de que no Caruara já existe todo esse mapeamento,  
180 que poderia servir como exemplo. A senhora Magali ressaltou que uma coisa é solicitar ao DETIC  
181 esse cruzamento de dados, e outra coisa a inserção dos dados no SIG SANTOS. A senhora Camila,  
182 aproveitou o compartilhamento das informações a respeito do cruzamento de dados dos serviços  
183 para lembrar dos Grupos de Trabalho que foram definidos, que todos os participantes podem  
184 tomar atitude de chamar as reuniões do grupo de trabalho e assuntos para debate, assim como foi  
185 feito no grupo da habitação. Os encaminhamentos definidos nesta reunião foram: entender a  
186 demanda, que pode ser em cima da solicitação ao DETIC; revisão da lei; cadastramento de como  
187 será o projeto do CDHU que a senhora Rosana ficou de verificar; observatório social; e cruzamento



# PREFEITURA DE SANTOS

Secretaria de Desenvolvimento Social



188 de informações com o DETIC. Terminada as exposições às onze horas e trinta e cinco minutos, eu,  
189 Pamela Ruivo Ferreira de Souza, lavrei a presente ata, cuja lista de presença segue acostada a  
190 mesma.